

Senado poderá fazer triagem das emendas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O País experimenta neste momento a curiosa situação de os constituintes recém-eleitos estarem compelidos a legislar à luz de uma Constituição agonizante, enquanto se elabora uma nova. Nem por isto, os conflitos de idéias serão incontornáveis e a contradição será mais aparente do que real.

Esta semana o presidente do Senado, José Fragelli, sugeriu o que deveria ser feito para não haver superposição ou mesmo conflito no processo de elaboração legislativa, particularmente no que diz respeito às numerosas emendas constitucionais em tramitação, que não sendo arquivadas ao final de uma legislatura, continuam em condições de serem apreciadas na seguinte. Fragelli vai propor ao presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, que as emendas sejam encaminhadas, em bloco, à consideração da Assembléia Nacional Constituinte, que faria uma triagem do que mereceria ou não aproveitamento, senão quanto à forma, pelo menos quanto ao conteúdo. Não se conhecem posições contrárias a esta tese, que visa à racionalização dos trabalhos e economia processual legislativa.

O líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli, no entanto, é de opinião que alguns projetos-de-lei pela importância do tema tratado e por seu caráter de grande atualidade, não podem ficar para depois. É o que acontece, segundo ele, com o projeto de comercialização e produção de software.

Com relação às emendas constitucionais — e elas são 130 — todas de autoria de deputados e senadores, a proposta de Fragelli a Ulysses não terá como deixar de ser aceita. Entre elas figuram a do governador eleito de Goiás, Henrique Santillo, elevando a participação dos Estados e municípios na distribuição de impostos; do deputado Sebastião Nery, extinguindo o serviço militar obrigatório em tempo de paz; do senador Jorge Kalume, tornando obrigatória a aplicação anual, pela União, Estados, municípios e Distrito Federal, de 1% das respectivas arrecadações na difusão cultural; do deputado Eduardo Galli, dispensando a prévia separação judicial para a dissolução do casamento, do senador Cesar Cais, criando o Ministério da Defesa, tema polêmico que nem mesmo o ex-presidente Castello Branco conseguiu equacionar face às divergências entre os militares, e que poderá ter destaque na Constituinte. E ainda: emenda do deputado Diogo Nomura concedendo nacionalidade brasileira ao estrangeiro com mais de dez anos de residência no País, do deputado

Paulo Maluf fixando critérios para o sistema de mérito destinado ao recrutamento do servidor público; do deputado Stelio Dias, ampliando os mecanismos de preservação do meio ambiente; do deputado Milton Reis, assegurando mecanismos de proteção constitucional aos deficientes físicos; do deputado Pedro Germano dispoendo sobre a exoneração dos ministros de Estado; do deputado Victor Faccioni, dispoendo sobre a introdução do sistema parlamentar de governo; do deputado Farabulini Júnior, criando a Guarda Civil Armada nas capitais dos Estados; do senador Jutahy Magalhães, assegurando melhores condições de vida aos idosos e a do deputado José Maranhão, reduzindo o tempo de serviço para a aposentadoria.

Essas e outras emendas estão prejudicadas na medida em que pretendem alterar dispositivos de uma carta terminal e que por ter seus dias contados não haveria como ser emendada ao mesmo tempo em que uma nova está sendo elaborada. O que é possível, na opinião do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço é a triagem do que existe do ponto de vista dos temas tratados, com aqueles que foram considerados relevantes e oportunos, sendo incorporados aos debates, fornecendo a estes informações e ângulos novos.

Em realidade, preocupa aos parlamentares mais experientes o acúmulo de proposições em tramitação neste início de funcionamento da Constituinte, simultaneamente às atividades normais de Senado e Câmara. É o que lembra um deputado com seis mandatos, Paes de Andrade (PMDB-CE), ao mostrar que no início de cada legislatura, os projetos originários da Câmara e os projetos de lei do Senado, em segundo turno ou turno único, os decretos legislativos do Senado e os substitutivos em turno suplementar procedentes da legislatura anterior, todos estes, têm o prosseguimento da tramitação assegurada. Mais: dos projetos arquivados, uma comissão técnica e até mesmo qualquer parlamentar tem prerrogativas para requerer o desarquivamento. Mais do que nunca, segundo Paes de Andrade, as negociações terão de prevalecer para que não se produza um terrível congestionamento legislativo.

Desde já, no entanto, existe um consenso: com todas as prioridades dirigidas à elaboração constitucional, as lideranças partidárias têm condições de triar o que é e o que não é conveniente ou oportuno e fixar as prioridades para que o potencial de trabalho do constituinte não seja dispersado. Esta é uma opinião comum a dois experientes senadores do PMDB, Nelson Carneiro e Humberto Lucena, que estão disputando a presidência do Senado.

Camargo teme crise política

Bastante preocupado com os problemas econômicos, o senador Affonso Camargo, terceiro-vice-presidente do PMDB, viaja segunda-feira para Brasília, onde pretende trocar idéias com Ulysses Guimarães e outros dirigentes do partido para uma estratégia de emergência capaz de levar o PMDB a ajudar o governo, a enfrentar a crise que se anuncia na economia. Em Curitiba, ontem, Affonso Camargo já antecipava que o PMDB, ao lado do PFL, precisa zelar para que o governo não se afaste de nenhum dos 22 pontos do documento "Compromisso com a Nação" subscrito pelas lideranças da Aliança Democrática.

Ao governo, segundo Affonso Camargo, caberá no momento seguir por um entre dois caminhos: "Ou segue religiosamente os pontos do compromisso com a Nação ou assume as propostas, ainda mais avançadas, dos parlamentares da Aliança Democrática que começam seus mandatos em 1º de fevereiro, início da nova legislatura. Se uma das duas coisas não for feita, então sobrevirá a crise política em consequência da crise econômica. Em lugar de uma co-responsabilidade entre o governo e partidos que o apóiam teremos uma desresponsabilidade".

Affonso Camargo mostrou, em seguida, que o documento "Compromisso com a Nação" oferece respostas bem claras para os problemas econômicos que o País começa a enfrentar neste início do ano: "No item 14, por exemplo, temos o compromis-



so da Aliança Democrática com a revisão da política salarial, com a eliminação do processo de compressão do poder aquisitivo dos trabalhadores, servidores públicos e classe média". Para o senador, a simples leitura desse item deve levar os políticos que compõem a Aliança Democrática a se posicionarem contra a extinção do gatilho salarial, "ao menos sem que outro mecanismo, que permita aos trabalhadores fazer frente à retomada do processo inflacionário, seja colocado em seu lugar".

Constituinte terá lobby bancário

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os funcionários do Banco do Brasil e do Banco Central já se mobilizam em torno da Constituinte, a ser instalada a 1º de fevereiro. No BB, a diretoria convidou para uma reunião, no próximo dia 28, os três senadores e oito deputados federais funcionários do órgão, eleitos em 15 de novembro. Na pauta, assuntos ligados ao futuro status daquela estatal na nova Constituição do País. No BC, está em processo de criação uma associação para defender não somente questões salariais dos 5.599 servidores, como também o projeto de se transformar a instituição em órgão autônomo, desvinculado do Ministério da Fazenda.

Para cuidar de seus interesses, não falta ao Banco do Brasil políticos graduados. Entre estes, está o governador eleito do Maranhão, Eplácio Cafeteira. É também funcionário licenciado do BB, o vice-governador

eleito do Rio de Janeiro, Francisco de Assis Amaral. No Senado estarão Fábio Lucena (PMDB-AM), Afonso Arinos de Melo Franco (PFL-RJ) e Wilson Barbosa Martins (PMDB-MS). Sairam também dos quadros do BB oito deputados estaduais eleitos no último pleito: três no Rio Grande do Sul, dois no Espírito Santo, um em Alagoas, um no Amazonas e um em Santa Catarina.

O grande derrotado entre os funcionários do BB candidatos na última eleição foi o ex-líder do governo Figueiredo na Câmara, Nelson Marchezan, ele não se elegeu senador pela coligação PDT-PDS no Rio Grande do Sul.

LOBBY DO BB

Se depender da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), a instituição sairá fortalecida e independente na futura Constituição. O presidente da entidade, José Flávio Ventrice Berlott, assegura que montará um potente lobby em favor do banco, contando

Deputado diz que País marcha para a anarquia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Para o deputado Fernando Cunha (PMDB/GO), o momento é de séria reflexão por parte das autoridades responsáveis, da classe empresarial do País, como também dos trabalhadores, para que não venham a se arrepender depois que a economia brasileira chegar ao descontrole, ao descalabro, à anarquia coletiva.

O parlamentar goiano acha que a Assembléia Nacional Constituinte, a ser instalada oficialmente no dia 1º de fevereiro próximo, tem uma grande parcela de responsabilidade a fim de buscar soluções urgentes e adequadas para o momento difícil que o Brasil atravessa. "O Congresso Nacional nos últimos anos esteve bem longe de corresponder às expectativas esperadas pela sociedade brasileira, e que ainda esperam, principalmente nos assuntos relativos a ordenamento jurídico, aos padrões de operosidade e à remoção do "entulho autoritário que ainda existe e é praticado pelas mais altas autoridades da Nova República", frisou Fernando Cunha. Lembrou que já é chegada a hora de os parlamentares que compõem a Constituinte buscar e levar

soluções para o ordenamento do País, quando abrirem os trabalhos legislativos deste ano.

"Devemos, os parlamentares eleitos, nos conscientizar de que o povo brasileiro buscou nas urnas, em novembro passado, eleger a maioria dos seus representantes nos legislativos federal e estadual, comprometidos com a caminhada democrática, que foi responsável pela queda da ditadura de 64." Fernando Cunha lembrou ainda que o atual Congresso está integrado com bom percentual de novos valores, que ainda não foram contaminados pelos vícios de ações marginais da política. "Juntas, as novas personalidades e as antigas que foram eleitas porque corresponderam aos anseios de seus eleitores, terão o dever patriótico de buscar soluções capazes de ordenar política, financeira, social, moral e ordenamento jurídico, e acabar de vez com o chamado 'entulho autoritário' que ainda existe no País".

Lembrou ainda que a Constituinte terá de definir-se sobre temas econômicos de grande importância para o futuro do País, tais como a reforma tributária, detalhando como deve ser feito o rateio.

com uma "tropa de choque" de 101 parlamentares, cujos nomes prefere "não queimar".

Segundo Berlott, o objetivo da Anabb, é tornar o BB imune às soluções casuísticas que venham do Ministério da Fazenda. "Precisamos de um banco independente no sentido dele próprio decidir sobre o planejamento, sobre a carreira e a remuneração dos funcionários", disse o dirigente classista. Para Berlott as autoridades da Fazenda e do Banco Central, tratam o BB com preconceitos, olhando a instituição pelo lado das despesas, nunca pelas receitas.

Os constituintes oriundos dos quadros do BB e do BC são: José Cardoso Dutra (PMDB-AM), Osmir D'Albuquerque Lima Filho (PMDB-AC), Augusto Silveira Carvalho (PCB-DF), Nyder Barbosa Menezes (PMDB-ES), Saulo Garcia Queiroz (PFL-MS), José Carlos Brandão Monteiro (PDT-RJ), Seres Osrala Nader (PDT-RJ) e José Queiroz da Costa (PFL-SE).